

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE (RE)AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES

Jadir Peçanha Rostoldo

Doutor em História Social (USP)

Professor Visitante na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

jadirostoldo@yahoo.com.br

RESUMO

Patrimônio, ou patrimônio cultural, se refere aos bens, sejam materiais ou imateriais, que reflitam a sociedade e seus componentes. O processo contínuo de transformação histórica mantém as sociedades conectadas com seu passado pela construção de patrimônios, que reafirmam suas identidades. O reconhecimento de um patrimônio é o reconhecimento da história de um povo, de suas lutas, conquistas, valores e crenças em determinados períodos. O patrimônio é onde as referências civis e sociais se ampliaram no sentido de pertencimento a certa comunidade, grupo ou sociedade. O patrimônio remete a identidade e a memória de determinado grupo ou sociedade, pois ambas estão repletas de referências. A memória, como objeto da história, codifica as identidades que proporcionam à fixação dos patrimônios e seus suportes sociais. Para além de seus valores, os bens patrimoniais conservam em si elementos da história do lugar e da sociedade, contribuindo para a continuidade histórica de um povo. Sendo assim, podemos indicar que os patrimônios se constituem e se mantêm na fronteira entre a história e a memória, enquanto identidade individual ou coletiva.

Palavras-chave: Identidade; Patrimônio; Memória

IDENTIDADES

A importância do tema identidade se revela nos inúmeros e diversos trabalhos sobre o tema, assim como sua fundamental participação nas concepções e construções das sociedades, seus grupos e indivíduos. Analisando o conceito, Pereira (2009) destaca que a identidade é uma construção histórico-social, com forte influência ideológica, mas também um estado transitório. As identidades são relativas. Se as sociedades estão em constante movimento e adaptação, suas conexões também estão, proximidades e distanciamentos são passíveis de se formarem a todo tempo. Por outro lado, o conceito

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acaba por se unificar na concepção humana de raça, ou seja, se existe apenas uma todos os seus membros se identificam. Sendo assim, utilizamos como base o conceito de identidade apresentado por Goulart, Perazzo e Lemos (2005, p. 158), onde

identidade indica semelhança a si próprio a partir de um processo de reconhecimento do outro. A identidade coletiva de um grupo processa-se a partir de sentimentos de pertencimento a esse grupo, garantido por imagens ou símbolos que permitem o reconhecimento do outro como a mim mesmo.

Dessa forma, identidade não é um conceito imutável, um fim em si mesmo, mas é maleável e mutável, seguindo as interações dos sujeitos nos campos político, social e cultural. Na visão de Simonard e Santos (2017, p. 17) a sociedade atual “se caracteriza pela rapidez, pelo mutável, pelo volúvel, o que se reflete nas identidades que surgem das interações sociais que nela ocorrem e se formam”. Assim, as identidades fixas, sólidas e duráveis tendem a encolher, dando lugar a identidades múltiplas. A multiplicidade é reflexo da diversidade de lugares onde sujeitos e grupos podem surgir e se expressar.

Para Pereira (2002, p.108) a construção da identidade ocorre a partir de “complexos processos que levam o homem a ser aquilo que é, a agir, apresentar-se e autopercepcionar-se de determinada forma”. Partindo da observação do processo de construção identitária o autor argumenta que a identidade é algo dinâmico e não essencialista, resultando de múltiplos fatores. Pereira (2002) rejeita a ideia de uma identidade básica, com características imutáveis, que torna o indivíduo aquilo que ele é independente de suas experiências vividas. Cada indivíduo compõe sua identidade a partir de sua multiplicidade de pertencimentos e inserções, pelo trânsito em diversos mundos, atuando em diversos papéis e interagindo em contextos distintos.

O reconhecimento recíproco é fundamental para constituição prática das identidades. Aceitar uma identidade traz o sentimento de segurança, de pertencimento, de proteção, mesmo que o processo de sua construção seja repleto de insegurança e incerteza. A identidade pode se movimentar por vários grupos, desde que suas histórias e memórias se encontrem. Ela só pode ser entendida como um processo que se constrói por meio da diferença.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. (...) Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 106).

Ao nos apropriar da divisão da identidade, em três tipos, feita por Castells (apud SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 19), onde ela pode ser “legitimadora (dominação), de resistência (marginalizados) e de projeto (transformação social)”, assumimos em nossa análise que a identidade de resistência se constitui a mais importante. A partir dela, que seria a responsável pela formação de comunidades, a identidade de projeto gera sujeitos críticos e atuantes, que transformam sua posição social. Para Castells (apud SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 19-20) “as pessoas resistem ao processo de individualização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que geram um sentimento de pertença e também identidade cultural”. Dessa forma, novos sujeitos estariam aptos a atuar como “agentes coletivos de transformação social”, provocando novos significados e reconhecimentos e projetos coletivos.

Revedo o processo de engajamento militante, Naujorks e Silva (2016) desnudaram o reconhecimento do que vem a ser identidade individual e identidade coletiva. Além de ser um fenômeno coletivo, a identidade também assume um caráter múltiplo a partir da interação entre identidade individual e coletiva, nesse contexto “não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (MISCHE apud NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 138).

O fenômeno identitário é uma construção social e histórica, fruto das relações sociais dos indivíduos em seus grupos de convivência. O sujeito constrói suas identidades a partir de identificações com símbolos, objetos, histórias e memórias que se tornam referências. A identidade individual engloba as dimensões pessoal, social e coletiva, enquanto a identidade coletiva é um fenômeno grupal, o que dá coerência ao grupo para as movimentações coletivas. Para Naujorks e Silva (20016, p. 139)

Pode-se entender a identidade como um conjunto de processos cognitivos e afetivos, de construção e atribuição de significados que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

peçoas, individual e coletivamente, elaboram sobre si mesmas, outras peçoas, grupos e a sociedade, a partir de referências peçoal e socialmente construídas. (...) A identidade é uma construção social de significados, sentimentos e emoções associados ao autorreconhecimento e ao reconhecimento dos outros. Essa construção é tanto singular (própria a um indivíduo particular) quanto coletiva (própria a um conjunto de indivíduos).

As identidades, sejam individuais ou coletivas, também são reconhecidas a partir de padrões de relacionamento na sociedade, que podem ser econômicos, políticos, religiosos, históricos ou culturais. O reconhecimento e conexões entre as identidades individuais leva a identidade coletiva. Assim, processos e ações individuais podem ganhar a dimensão coletiva. A identidade coletiva não é apenas um dado na sociedade, mas é a resposta que os atores sociais dão quando investigam “como” e “por que” se aglutinam e se mantêm. Descobrir como e por que indivíduos se conectam a grupos é a chave para sua identificação coletiva, sua manutenção e ação (MAIA, 2009). Cohem e Arato (apud MAIA, 2009, p. 96) defendem que a criação de identidade coletiva “envolve o conflito social em torno das reinterpretações de normas, a criação de novos sentidos e o desafio da construção social das próprias fronteiras entre o privado e o público e os domínios de ação política”.

Enquanto construção social a identidade ressalta o semelhante, podendo ser assimilada, absorvida e internalizada. Pode também designar aquilo que perdura, que mantém o grupo estável reproduzindo o idêntico. “O conjunto de experiências de uma comunidade (...) define sua identidade” (DANTAS, 2015, p. 125). A identidade está vinculada ao pertencimento, pertencer a um grupo, a uma organização, a um processo. As peçoas se unem pelo pertencimento. Com essa perspectiva fica claro que a identidade é uma construção social e histórica.

O PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO IDENTITÁRIO

Patrimônio, ou patrimônio cultural, se refere aos bens, sejam materiais ou imateriais, que refletem a sociedade e seus componentes. Nas palavras do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2012, p. 12). O processo contínuo de transformação histórica mantém as sociedades conectadas com seu passado pela construção de patrimônios, que reafirmam suas identidades. O reconhecimento de um patrimônio é o reconhecimento da história de um povo, de suas lutas, conquistas, valores e crenças em determinados períodos. Partindo dessa constatação, Almeida (2013, p. 426) defende que

Pelo patrimônio, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados são, no presente, transmitidos às gerações futuras. Cabe adiantar que o papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais.

D’Alessio (2012, p. 79) sustenta que “A ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social”. Sua incorporação a esfera pública e as humanidades acabou por ser uma forma social de afirmação política de grupos distintos, se convertendo em um instrumento de articulação para o pertencimento coletivo (SANTIAGO JÚNIOR, 2015). O patrimônio é onde as referências civis e sociais se ampliaram no sentido de pertencimento a certa comunidade, grupo ou sociedade. As identidades presentes no reconhecimento do patrimônio são as mesmas que acabam por dar voz e ação aos indivíduos, tornando a vestimenta de cidadão mais consistente. Para Santiago Júnior os grupos sociais buscam o patrimônio como um direito cultural, como um aspecto de sua cidadania. “Junto ao aspecto memorial do patrimônio consolidaram-se os seus valores de uso amplos e o próprio ‘direito à memória’ poderia ser exercido como princípio de cidadania e da conquista de outros direitos sociais pelos grupos sociais” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 262).

O Patrimônio carrega diversos valores de memória, um deles é o valor histórico onde “o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova”, conforme a conceituação de Alois Riegl assumida por Santiago Júnior (2015, p. 260). Guillen (2014) concorda que esses bens não podem ser vistos como uma entidade natural, pois é resultado de uma seleção histórica realizada por instituições criadas e preparadas para isso, envolvidas no contexto local, seus conflitos e disputas. “Patrimônio é um *locus* para o qual afluem práticas e representações que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

encontram correspondência em diversas políticas públicas, consubstanciadas em instituições que objetivam preservar e/ou mesmo instituir o que é patrimônio” (GUILLEN, 2014, p. 641). Essas práticas e representações, em contato com os conflitos e disputas, carregam o patrimônio de identidades.

Ao atribuir existência ao sujeito e elevá-lo a categoria de agente histórico e social, a memória, que está no centro da estrutura dos patrimônios, também interfere no exercício da cidadania. Segundo Goulart; Perazzo e Lemos (2005, p. 160), essa categorização garante ao indivíduo “poder nas relações, resgata sua identidade, cria valores sociais relacionados ao grupo e ao espaço de convivência”. Como uma estrutura dinâmica, a memória está sempre sujeita a mudanças, levando a novas inclusões e reparações na história. “O trabalho com a memória permite que outros indivíduos e grupos tenham destaque, atualiza lutas reprimidas e valoriza culturas e identidades vistas como ‘inferiores’ ou ‘primitivas’, daí a sua importância para a cidadania” (SILVA, 2010, p. 329).

A articulação entre história e memória aduba o debate e a compreensão sobre os bens patrimoniais. Assim como a produção histórica se apoia na operação que altera o perfil de documentos para fontes, a constituição de patrimônios demanda uma operação de escolha e valoração de bens do passado, sejam materiais ou imateriais, como representantes da coletividade social. Também a partir do vínculo com o passado, o patrimônio pode proporcionar a reconstrução das conexões do presente com seus precedentes. O resultado é o estabelecimento de laços sociais importantes para a sobrevivência das coletividades (GUIMARÃES, 2008).

A partir dessa articulação as relações entre patrimônio e memória ficam evidentes. Apenas a continuidade do bem no tempo não tem a capacidade de transformá-lo em identidade. Alguns assumem esse papel e outros não. As lembranças dos indivíduos e dos grupos, transformadas em memórias historicizadas, acabam por se traduzir em representações, símbolos e signos cuja expressão material e/ou imaterial pode ser percebida no patrimônio cultural. Dessa forma,

O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade; é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. (GUIMARÃES, 2008, p. 21)

Destacando o pressuposto da dimensão imaginária da sociedade, Oliveira (2010) discute a memória como definida em função de conceber um universo mental que adquire substância social. Para ele, uma das particularidades desta concepção, distinguindo-a de outras dimensões mentais, é ter o passado como foco. Outra é ser uma prática, uma ação presente e recorrente. Considera que toda a discussão sobre memória deve considerar as novas questões impostas pelo debate entre patrimônio e patrimônio imaterial: identidade, diversidade cultural, relações de significados. Esse debate também pode apontar para a constituição da memória na relação com outras práticas sociais ou mesmo com práticas que se desenrolam na relação com o ambiente natural.

Como operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, que se pretende conservar, a memória se vincula as tentativas de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre diversas coletividades. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum são as duas funções essenciais da memória comum, que fornecem um quadro de referências e de pontos de referências. Nesse sentido, a memória coletiva de um determinado grupo se constitui em uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações. Definindo o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Dessa forma, a memória coletiva acaba produzindo um patrimônio ou levando a constituição de um (POLLAK, 1989).

Entendemos o patrimônio para além do seu vínculo com a memória, mas também por sua representação material, simbólica, de preservação, comemoração e cultural. A emergência do patrimônio, ou sua instituição, só pode ser compreendida no respectivo contexto cultural, político e ideológico. Para Matos (2015) o processo de patrimonialização é crescente, abarcando todo o espectro de lugares de memória. Isso também indica um alargamento do conceito de identidade, que passa a abarcar “aspectos e manifestações culturais antes não reconhecidas como essenciais para a definição dessa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

identidade” (GUILLEN, 2014, p. 640-641). O reconhecimento de identidades, por todos os grupos ou sociedades, reforça e amplia a percepção de patrimônio como construção coletiva. O bem patrimonial aglutina as referências e valores históricos dos envolvidos.

A representação do patrimônio também é percebida na conexão entre patrimônio e paisagem, que segundo Nobre (2007, p. 110) “é composta por frações de formas naturais e artificiais, que se constituem num conjunto heterogêneo em que se torna difícil distinguir o que é natural do que é artificial”. Os elementos e os sinais presentes nas paisagens são importantes no reconhecimento social, pois acabam por preservar atributos das diversas comunidades para as gerações futuras. A paisagem possui a função de abastecer a memória social, estando em constante transformação. Sendo assim, ela reflete as interações entre os homens e a natureza, como reflexo do movimento cotidiano da sociedade. Como resultado de sua investigação sobre os temas, Figueiredo (2013) avalia que independente da classificação dada a paisagem seu vínculo com o patrimônio é indissociável. O reconhecimento de que a paisagem representa o trabalho combinado da natureza e do homem ratifica sua importância na coesão social. Assumindo esse papel a paisagem torna-se patrimônio.

Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – urbano, rural ou natural. (FIGUEIREDO, 2013, p. 86-87)

Observando apenas criticamente o avanço da patrimonialização, sem atentar para o cidadão refletido nela, corre-se o risco da não identificação dos novos sujeitos sociais que surgem no entorno da sociedade. Grupos subalternos que a partir de seus reconhecimentos e identificação apontam para a necessidade de ampliação da diversidade social, muitas vezes diminuída. O reflexo se dá na posse da cidadania por intermédio do patrimônio, que passa a referendar todas as camadas da sociedade. O exercício da cidadania é valorizado e fortalecido com a constituição de patrimônios, pois constrói e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

referencia elementos de reconhecimento identitário, seja individual ou coletivo, nas sociedades.

O patrimônio remete a identidade e a memória de determinado grupo ou sociedade, pois ambas estão repletas de referências. A memória, como objeto da história, codifica as identidades que proporcionam à fixação dos patrimônios e seus suportes sociais. Para além de seus valores, os bens patrimoniais conservam em si elementos da história do lugar e da sociedade, contribuindo para a continuidade histórica de um povo. Sendo assim, podemos indicar que os patrimônios se constituem e se mantêm na fronteira entre a história e a memória, enquanto identidade individual ou coletiva. Os patrimônios são lugares de memória, conseqüentemente objetos da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil central. **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 417-440, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**. Pierre Vilar, Michel Volvelle. Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1998.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 79-90, 2012.

DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: o habitante do Triângulo Mineiro e a constituição da triangulidade. **Locus**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 125-144, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, p. 103-120, abr. 2016.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 32, p. 83-118, 2013.

GOULART, Elias E.; PERAZZO, Priscila F.; LEMOS, Vilma. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2005.

GUILLEN, Isabel C. M. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

GUIMARÃES, Manoel L. S. História, Memória e Patrimônio. In: OLIVERIA, Antônio J. B. de (Org.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p. 17-40.

IPHAN. Instituto Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1999.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.

MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras?. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 414-426, abr. 2015.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, jan.-mar. 2016.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 7, n.2, p. 108-121, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez. 1993.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio – perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, jul.-dez. 2010.

PEREIRA, Inês. Identidades em rede: construção identitária e movimento associativo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 40, p. 107-121, 2002.

PEREIRA, Diana Araujo. América Latina: cursos e dis-cursos da identidade e da memória. **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 63-74, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989.

POSSAMAI, Zita R. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 23-49, dez. 2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 82, p. 397-411, set.-dez. 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan.-abr. 2015.

SILVA, Paulo R. da. Memória, história e cidadania. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 23, n. 32, p. 327-346, dez. 2010.

SIMONARD, Pedro; SANTOS, Anny Rochelly Vieira. Identidade, pertencimento e engajamento político nas mídias sociais. **Interthesis**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 16-31, set.-dez. 2017.